



POLÍTICA PÚBLICA NO CAMPO: UMA ANÁLISE DO SUBPROGRAMA VILA RURAL DO ESTADO DO PARANÁ.

Pedro Henrique Giroto Ribeiro (PIBIC/CNPq/FA-UEM), Elizete Conceição Silva (Orientadora), e-mail: elizetecsilva2007@gmail.com.

Universidade Estadual de Maringá/ Departamento de Ciências Sociais/
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Serviço Social.

Palavras-chave: Estado, política pública, vila rural.

Resumo:

A pesquisa analisa o subprograma Vila Rural do Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, desenvolvido no Estado do Paraná no período de 1995 - 2002. Busca-se averiguar se a referida política promoveu a minimização das diversas expressões da questão social vivenciadas pelos camponeses, ou se a mesma foi uma resposta do Estado às mudanças macrossocietárias ocorridas a partir da década de 90 (século XX), objetivando minimizar a situação de vulnerabilidade da zona urbana. O estudo se fará por meio de discussão teórica e pela análise tanto dos critérios de legibilidade do referido subprograma, quanto dos dados levantados pelo IPARDES em conjunto com a EMATER.

Introdução

A reflexão proposta busca averiguar se a política rural, implantada pelo Estado do Paraná (1995-2002) objetivou a minimização das refrações de vulnerabilidade camponesa ou cidadina. Para tal intento, se faz necessário, uma breve contextualização do cenário socioeconômico e político. Com a mudança macrossocietária vivenciada na sociedade, principalmente a partir da década de 1990 no Brasil, com a presença do modo de organização produtiva toyotista e com a implantação da política neoliberal, ocorreu um intenso agravamento da questão social, consequência de um maior acirramento, decorrente do antagonismo e complementaridade existente entre capital e trabalho. No campo, as contradições não demoraram a aparecerem, principalmente com o início e fortalecimento do agronegócio. Frente a essas mudanças, o Estado tendo como dever ser um mediador desses conflitos, age em favor da população por meio de políticas públicas.



Diante deste cenário macro, o Estado do Paraná criou o Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, subprograma Vilas Rurais, no ano de 1995, em parceria com diversas secretarias do Estado, com o objetivo de melhoria de qualidade de vida das famílias dos trabalhadores volantes (boia fria), bem como, de promoção do retorno desses trabalhadores no desenvolvimento de produções agrícolas. Neste contexto, a pesquisa vem apresentar: os critérios de legibilidade para serem beneficiados, os dados levantados pelo IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social) em conjunto com a EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural) no ano de 2000, e por meio de discussão teórica propõe analisar dentre as diversas refrações da questão social, a vulnerabilidade social vivenciada pelas famílias, contempladas com o subprograma Vila Rural, bem como, compreender porque a política adotada pelo estado do Paraná favorecia a questão habitacional. O estudo se reportará às pesquisas científicas realizada para averiguar o impacto socioeconômico nas famílias beneficiadas com a implantação do referido subprograma.

Materiais e métodos

A pesquisa teve como subsidio um aporte teórico de cunho crítico, embasados em livros, artigos científicos, sites governamentais, entre outros.

Resultados e Discussão

A implantação do Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural - subprograma Vilas Rurais do Estado Paraná, se fez por meio de diversas parcerias, são elas: SEAB (Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento); EMATER (Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural); COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná); CODAPAR (Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná); SANEPAR (Companhia de Saneamento do Paraná); COPEL (Companhia Paranaense de Energia); SECR (Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família); SERT (Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho); SEED (Secretaria de Estado de Educação); SESA (Secretaria de Estado da Saúde); SUDERHSA (Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental); e IAP (Instituto Ambiental do Paraná). Constata-se que apesar de apresentar-se como política publica rural, na descrição do subprograma, são contempladas outras questões sociais emergentes no período. Ao apresentar por critérios de seleção dos beneficiados: ser trabalhador rural volante (boia-fria); ter experiência agropecuária; possuir idade máxima de 55 anos; ser morador do município há dois anos; não possuir imóvel; exercer atividade remunerada em caráter temporário nas áreas rurais; possuir renda familiar de até três salários mínimos por mês; estar morando em sub-



habitação; ter família constituída com filhos averigua se que a questão habitacional esta explicita, nos seguintes itens acima citados: não possuir imóvel e residindo em sub-habitação. O subprograma, em parceria com a COHAPAR (Companhia de Habitação do Paraná) determinou que os lotes fossem de 5000 m², quanto às casas, essas deveriam ser dignas de moradia, construída de alvenaria, com 44,56 m² e possuírem infraestrutura mínima de água encanada, energia elétrica e sistema sanitário. Ponte (2003) observa que sendo a maioria dos beneficiários proveniente da cidade, terem algum contato com meio rural e, as Vilas Rurais localizarem próxima a mesma, de modo a facilitar o acesso à saúde, educação, a bens de serviços, entre outros, pode se constatar que o Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, subprograma Vilas Rurais, foi uma exclusividade do governo do Paraná, em busca de resolver os problemas de desemprego, de migração da população para outros estados, e conseqüentemente de sanar alguma das questões sociais, emergente na década de 90. O Estado, como mediador dos conflitos sociais, econômico, políticos e culturais, vêm com uma política na tentativa de minimizar as diversas refrações da questão social, vivenciado neste período. Diante deste contexto, evidencia se que o poder público inclui no subprograma Vila Rural, uma política de habitação para aqueles que se encontravam na zona urbana em situações de riscos, ou seja, indivíduos atingidos por diversas expressões da “questão social”, e, portanto, tinham seus direitos violados. Com a proximidade das vilas rurais à cidade, bem como, a precária condição socioeconômica das famílias beneficiadas, favoreceu se o desenvolvimento da pluriatividade¹ pelos campesinos.

Conclusões

Ao analisar o contexto histórico de implantação do Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural, subprograma Vilas Rurais, concluí se que com o acirramento do capital, a intensificação do agronegócio, e conseqüentemente o agravamento das diversas expressões da “questão social”, o Estado do Paraná implantou o subprograma como forma de intensificar suas ações no campo, por meio de políticas públicas. Constatou se, por meio dos dados governamentais e de discussões teóricas, que os beneficiários acabaram não desenvolvendo uma produção familiar, pois alguns se tornaram um trabalhador pluriativo², ou seja, passou a desenvolver atividade no campo, mas também trabalham na zona urbana, ou ainda trabalham para outros produtores rurais, como forma de complementar da renda familiar. A pluriatividade pode fragilizar identidade

¹ Ler mais em: A pluriatividade na agricultura familiar de Sergio Schneider.

² Conforme a tabela 2.5 – Distribuição das famílias segundo o tipo de atividade principal dos membros ativos, nas Vilas Rurais do Paraná -1999 (IPARDES, 2000).



social, enquanto camponeses³, o que acaba tendo consequência no não desenvolvimento de ações que poderiam fortalecer as produções rurais e fazer um enfrentamento à precarização do trabalho no mundo rural. O Estado precisa intensificar suas ações no campo, por meio de políticas públicas, mas não somente com políticas de incentivo à produção, com o fornecimento de subsídios de insumos agrícolas e de créditos financeiros, mas de políticas que atendam as reais demandas dos camponeses, para que eles possam suprir suas necessidades básicas, como: saúde, educação, lazer, cultura, entre outros.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Fundação Araucária, pelo financiamento da pesquisa, a EMATER - Ivaiporã, representado por sua equipe técnica, que apoiou e contribuiu para sua realização, e a orientadora do projeto de pesquisa, Prof. Dr^a. Elizete Conceição Silva, pela sua dedicação e profissionalismo, na busca por um conhecimento emancipatório e transformador da realidade.

Referências

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – Avaliação da atividade vilas rurais – síntese regional e macrorregional. Curitiba: IPARDES, 2000.

MARTINS, José de Souza. Os Camponeses e a Política no Brasil. Editora Vozes: Rio de Janeiro, 1981.

PONTE, Karina F. Programa Vila Rural. Uma alternativa no assentamento da população de origem rural. O caso da Vila Rural Taquara do Reino de Ibiporã-Pr. Monografia (Bacharel em Geografia). Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2002.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade na Agricultura familiar. 2^o Ed. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2009.

³ Essas novas palavras – *camponês e latifundiário* – são palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da história, das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. Nesse plano, a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade (MARTINS, 1981, p. 22).